

**AES Cajuína AB1  *Holding S. A.***

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023**

## ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis..... 1

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**AES Cajuína AB1 Holdings S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Cajuína AB1 Holdings S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Capitalização de gastos no ativo Imobilizado*

Conforme divulgado na nota 6, as controladas da Companhia possuem adições de Imobilizado que consolidadas montam a R\$ 351.526 mil, juros capitalizados que montam a R\$ 78.364 mil e o saldo do ativo imobilizado monta a R\$ 1.375.608 mil. Os itens capitalizados como ativo imobilizado ocorrem em conexão com a evolução das obras de construção das usinas, cujo reconhecimento é feito com base no CPC 27 – Ativo Imobilizado. Esses gastos incluem materiais, serviços de terceiros e juros sobre empréstimos.

O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia e suas controladas efetuem investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação à determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos.

Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a capitalização de gastos como ativo imobilizado;

- Entendimento dos controles internos da Companhia relacionados à identificação e capitalização dos itens qualificáveis;
- Exame, em base amostral, das adições de equipamentos e serviços de terceiros ocorridas no exercício;
- Recálculo dos juros sobre empréstimos capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado;
- Verificação da existência de indicativos de redução no valor recuperável desses ativos;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ativo imobilizado, incluídas na nota 6, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos ativos imobilizados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA021419/O

## AES CAJUÍNA AB1 HOLDING S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	95	56	8.961	3.346
Investimentos de curto prazo	-	146.483	-	146.483
Contas a receber de clientes	-	-	14.099	-
Cauções e depósitos vinculados	95	-	95	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.607	-	5.616	-
Outros tributos a recuperar	-	6.848	2	6.860
Dividendos a receber	165	-	-	-
Outros ativos	30	-	14.113	-
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.992</b>	<b>153.387</b>	<b>42.886</b>	<b>156.689</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Investimentos em controladas	1.387.795	923.893	-	-
Outros ativos	4.475	-	4.475	-
Imobilizado, líquido	-	-	1.375.608	935.465
Intangível, líquido	-	-	64.524	10.461
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.392.270</b>	<b>923.893</b>	<b>1.444.607</b>	<b>945.926</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.398.262</b>	<b>1.077.280</b>	<b>1.487.493</b>	<b>1.102.615</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	243	-	52.217	17.247
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24.009	-	24.009	-
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	73	220
Passivo de arrendamento	-	-	719	-
Tributos a pagar	6	206	2.024	2.401
Dividendos a pagar	3	3	3	3
Provisões para processos judiciais e outros	96	-	96	-
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>24.357</b>	<b>209</b>	<b>79.141</b>	<b>19.871</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	989.897	931.575	989.897	931.575
Passivo de arrendamento	-	-	27.796	-
Provisão para desmobilização	-	-	2.072	-
Tributos diferidos	2	-	554	-
Outras obrigações	-	-	4.027	5.673
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>989.899</b>	<b>931.575</b>	<b>1.024.346</b>	<b>937.248</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social subscrito e integralizado	408.003	145.334	408.003	145.334
Prejuízos acumulados	(23.997)	-	(23.997)	-
Reserva de lucros	-	162	-	162
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>384.006</b>	<b>145.496</b>	<b>384.006</b>	<b>145.496</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.398.262</b>	<b>1.077.280</b>	<b>1.487.493</b>	<b>1.102.615</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES CAJUÍNA AB1 HOLDING S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	9	-	-	38.507	-
Custo de produção e operação de energia	10	-	-	(30.259)	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.248</b>	<b>-</b>
Gerais e administrativas		(268)	(171)	(460)	(171)
Outras (despesas) receitas operacionais		(186)	-	(440)	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(454)</b>	<b>(171)</b>	<b>(900)</b>	<b>(171)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(454)</b>	<b>(171)</b>	<b>7.348</b>	<b>(171)</b>
Receitas financeiras		11.646	26.946	11.810	29.545
Despesas financeiras		(119.970)	(36.314)	(42.234)	(28.498)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	11	<b>(108.324)</b>	<b>(9.368)</b>	<b>(30.424)</b>	<b>1.047</b>
Resultado de equivalência patrimonial		84.622	9.704	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(24.156)</b>	<b>165</b>	<b>(23.076)</b>	<b>876</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(529)	(711)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(3)	-	(554)	-
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	12	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(1.083)</b>	<b>(711)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJÚÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(24.159)</b>	<b>165</b>	<b>(24.159)</b>	<b>165</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES CAJUÍNA AB1 HOLDING S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>				
Outros resultados abrangentes	(24.159)	165	(24.159)	165
	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(24.159)</b>	<b>165</b>	<b>(24.159)</b>	<b>165</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES CAJUÍNA AB1 HOLDING S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Prejuízo / Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 12 de janeiro de 2022</b>		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	165	165
Aumento de capital		192.834	-	-	-	192.834
Redução de capital		(47.500)	-	-	-	(47.500)
Constituição de Reserva legal		-	8	-	(8)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	154	(154)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3)	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8</b>	<b>145.334</b>	<b>8</b>	<b>154</b>	<b>-</b>	<b>145.496</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(24.159)	(24.159)
Aumento de capital		262.669	-	-	-	262.669
Reversão de Reserva legal		-	(8)	-	8	-
Reversão de Reserva de investimentos		-	-	(154)	154	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8</b>	<b>408.003</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23.997)</b>	<b>384.006</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## AES CAJUÍNA AB1 HOLDING S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(24.159)	165	(24.159)	165
<b>Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	10	853	-	22.137
Atualização monetária	-	2.172	-	2.172
Juros sobre arrendamento	11	-	300	-
Encargos financeiros de dívidas, líquidos de juros capitalizados	-	42.621	34.026	41.488
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	3	-	554
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	11	(11.473)	(24.645)	(11.473)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	(8)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(8.244)	(9.704)	-
		<b>(407)</b>	<b>2.014</b>	<b>28.847</b>
				<b>11.718</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(536)</b>	<b>(5.547)</b>	<b>2.210</b>
				<b>15.682</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		20.900	15.217	20.900
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		138.941	(138.941)	138.941
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.475)	791	(4.559)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	-	(300)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	7	(37.094)	-	(37.094)
Juros resgatados de cauções e depósitos vinculados		-	-	(8)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>117.329</b>	<b>(126.466)</b>	<b>148.937</b>
				<b>(91.439)</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	-	(405.452)
Aquisição de investimento, líquido de caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	5	(83.358)	-	-
Aumento de capital em controladas	5	(296.117)	(914.189)	-
Dividendos recebidos		30	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		(87)	-	(87)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(379.532)</b>	<b>(914.189)</b>	<b>(405.539)</b>
				<b>(945.926)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures		-	950.000	-
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	7	(427)	(54.623)	(427)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	-	(25)
Aumento de capital		262.669	145.334	262.669
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>262.242</b>	<b>1.040.711</b>	<b>262.217</b>
				<b>1.040.711</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		39	56	5.615
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>95</b>	<b>56</b>	<b>8.961</b>
				<b>3.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Cajuína AB1 Holding S.A. ("Companhia"), com sede Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n.º 1.376, ESC 121, sala D04, Torre A, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América), foi constituída em 12 de janeiro de 2022.

Em 01 de abril de 2022, foi aprovada em assembleia a alteração de razão social e endereço sede da empresa SF 464 Participações Societárias S.A. para AES Cajuína AB1 Holding S.A. e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia possui cinco unidades produtoras de energia elétrica em operação comercial em 31 de dezembro de 2023, sendo elas: Ventos de Santa Tereza 02, Ventos de Santa Tereza 03, Ventos de Santa Tereza 05, Ventos de Santa Tereza 13 e Ventos de Santa Tereza 14.

### 1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas	Atividade	Sede	Participação
			2023
Ventos de Santa Tereza 02	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%
Ventos de Santa Tereza 03	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%
Ventos de Santa Tereza 05	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%
Ventos de Santa Tereza 13	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%
Ventos de Santa Tereza 14	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%

### Complexo Eólico Cajuína

Parque gerador	Contrato/leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação/portaria	Vigenciada autorização	Prazo/autorização	Quantidade/aerogeradores	Capacidade instalada	Garantia física NW (i)
Ventos de Santa Tereza 02	ACL	REA 9263/2020	09/10/2020	08/10/1955	35 anos	7	39,9	-
Ventos de Santa Tereza 03	ACL	REA 9274/2020	09/10/2020	25/11/1955	35 anos	8	45,6	-
Ventos de Santa Tereza 05	ACL	REA 9478/2020	09/10/2020	25/11/1955	35 anos	8	45,6	-
Ventos de Santa Tereza 13	ACL	REA 9274/2020	09/10/2020	25/11/1955	35 anos	8	45,6	-
Ventos de Santa Tereza 14	ACL	REA 9275/2020	09/10/2020	25/11/1955	35 anos	8	45,6	-
						<b>39</b>	<b>222</b>	-

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia foi constituída em 12 de janeiro de 2022, e por este motivo os quadros apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidados não possuem saldos comparativos com o exercício anterior de 2021.

## **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar prejuízo líquido no exercício no montante de R\$ 24.159 e capital circulante líquido negativo na demonstração financeira em dezembro de 2023 no montante de R\$ 18.530 está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023**

A Administração avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## **2.7 Critérios de consolidação**

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## **3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO**

---

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento maior que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justos e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	95	56	386	293
Operações Compromissadas	-	-	8.575	3.053
<b>Subtotal</b>	<b>95</b>	<b>56</b>	<b>8.961</b>	<b>3.346</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	-	146.483	-	146.483
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>146.483</b>	<b>-</b>	<b>146.483</b>
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>146.539</b>	<b>8.961</b>	<b>149.829</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com liquidez diária e rentabilidade média de 102% (102,5% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

#### 4 CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado			
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		2023
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	
<b>CIRCULANTE</b>				
Mercado de curto prazo	109	1.031	277	1.417
Partes relacionadas (i)	6.525	6.157	-	12.682
<b>Total</b>	<b>6.634</b>	<b>7.188</b>	<b>277</b>	<b>14.099</b>

- (i) Refere-se a venda de energia celebrada entre a Companhia e a "AES Operações".

## 5 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.228.059	915.955
Capitalização JOA	77.231	7.938
Incorporação de acervo cindido	82.505	-
<b>Total</b>	<b>1.387.795</b>	<b>923.893</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Investimentos	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Capitalização de juros (i)	Incorporação de acervo cindido (ii)	Amortização da Incorporação de acervo cindido (ii)	31/12/2023
Ventos de Santa Tereza 02	146.214	61.115	2.412	(46)	12.223	13.192	(135)	234.975
Ventos de Santa Tereza 03	188.965	49.745	2.774	(53)	15.796	17.049	(175)	274.101
Ventos de Santa Tereza 05	214.543	86.392	3.466	(96)	17.934	19.357	(199)	341.397
Ventos de Santa Tereza 13	188.006	47.180	(131)	-	15.716	16.963	(173)	267.561
Ventos de Santa Tereza 14	186.165	51.685	(277)	-	15.562	16.797	(171)	269.761
<b>Total</b>	<b>923.893</b>	<b>296.117</b>	<b>8.244</b>	<b>(195)</b>	<b>77.231</b>	<b>83.358</b>	<b>(853)</b>	<b>1.387.795</b>

Investimentos	12/01/2022	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2022
Ventos de Santa Tereza 02	-	144.965	(1)	1.250	146.214
Ventos de Santa Tereza 03	-	187.379	(3)	1.589	188.965
Ventos de Santa Tereza 05	-	210.814	1.786	1.943	214.543
Ventos de Santa Tereza 13	-	186.434	(11)	1.583	188.006
Ventos de Santa Tereza 14	-	184.597	(5)	1.573	186.165
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>914.189</b>	<b>1.766</b>	<b>7.938</b>	<b>923.893</b>

A Companhia realizou aumentos de capital nas suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.
- (ii) Em 31 de outubro de 2023 foi incorporado o montante de R\$ 83.358 por meio de cisão com a AES Tucano Holding I S.A. Na controladora, o montante foi reconhecido na rubrica de “investimentos em controladas”. No consolidado, R\$63.277 referentes a direitos de exploração, que são amortizados pelo prazo de autorização, foram reconhecidos na rubrica de “Intangível, líquido”; e R\$20.081 foram reconhecidos na rubrica “imobilizado, líquido”.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Ventos de Santa Tereza 02	206.206.807	220.601	12.156	206.207	208.445	2.413
Ventos de Santa Tereza 03	237.252.310	254.869	15.027	237.252	239.842	2.774
Ventos de Santa Tereza 05	297.519.220	335.452	33.090	297.519	302.362	3.466
Ventos de Santa Tereza 13	233.727.759	247.601	14.127	233.728	233.474	(131)
Ventos de Santa Tereza 14	236.392.231	251.025	15.025	236.392	236.000	(277)

## 6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	208.764	(3.231)	205.533
Máquinas e equipamentos	3,81%	1.160.580	(17.882)	1.142.698
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>1.369.344</b>	<b>(21.113)</b>	<b>1.348.231</b>
Imobilizado em curso (i)		(1.108)	-	(1.108)
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>1.368.236</b>	<b>(21.113)</b>	<b>1.347.123</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2,53%	28.545	(60)	28.485
<b>Total Imobilizado</b>		<b>1.396.781</b>	<b>(21.173)</b>	<b>1.375.608</b>

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado						
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Provisão Desmantelamento	Transferências e reclassificações (i)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	208.764	-	208.764
Máquinas e equipamentos	-	-	-	3.986	1.156.594	-	1.160.580
<b>Imobilizado em serviço</b>	-	-	-	<b>3.986</b>	<b>1.365.358</b>	-	<b>1.369.344</b>
Imobilizado em curso	935.465	351.526	-	-	(1.366.463)	78.364	(1.108)
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>935.465</b>	<b>351.526</b>	-	<b>3.986</b>	<b>(1.105)</b>	<b>78.364</b>	<b>1.368.236</b>
Direito de uso de terreno arrendado	-	-	28.545	-	-	-	28.545
<b>Subtotal</b>	<b>935.465</b>	<b>351.526</b>	<b>28.545</b>	<b>3.986</b>	<b>(1.105)</b>	<b>78.364</b>	<b>1.396.781</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(21.280)	(5)	-	112	-	(21.173)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>935.465</b>	<b>330.246</b>	<b>28.540</b>	<b>3.986</b>	<b>(993)</b>	<b>78.364</b>	<b>1.375.608</b>

	Consolidado			
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Imobilizado em curso	-	927.527	7.938	935.465
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	-	<b>927.527</b>	<b>7.938</b>	<b>935.465</b>
<b>Total Imobilizado</b>	-	<b>927.527</b>	<b>7.938</b>	<b>935.465</b>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 7 DEBÊNTURES

A Companhia em 30 de junho de 2022 emitiu debêntures no valor total de R\$950.000. Essa emissão tem por objetivo a implantação dos empreendimentos controlados pela Companhia.

O saldo de empréstimo é composto da seguinte forma:

		Consolidado								
		2023								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2044	IPCA + 7,0718%	23.552	2.600	(2.143)	24.009	1.040.469	(50.572)	989.897	1.013.906
<b>Total das debêntures</b>			<b>23.552</b>	<b>2.600</b>	<b>(2.143)</b>	<b>24.009</b>	<b>1.040.469</b>	<b>(50.572)</b>	<b>989.897</b>	<b>1.013.906</b>

		Consolidado						
		2022						
		Não Circulante					Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custo de transação	Total			
Debêntures - 1ª Emissão	2044	IPCA + 7,0718%	950.000	35.532	(53.957)	931.575	931.575	
<b>Total das debêntures</b>			<b>950.000</b>	<b>35.532</b>	<b>(53.957)</b>	<b>931.575</b>	<b>931.575</b>	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Consolidado
	Debêntures
<b>Saldos em 12 de janeiro de 2022</b>	-
Ingressos	950.000
Encargos financeiros	33.360
Variação monetária	2.172
Diferimento de custos de transação	(54.623)
Amortização custos de transação	666
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>931.575</b>
Ingressos	-
Encargos financeiros	72.612
Variação monetária	45.668
Pagamento de encargos financeiros	(37.094)
Diferimento de custos de transação	(427)
Amortização custos de transação	1.572
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.013.906</b>

7.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo circulante e passivo não circulante:

	Consolidado			
	Debêntures	Encargos	Custos de transação	Total
2024	23.551	2.600	(2.143)	24.008
2025	17.025	-	(2.232)	14.793
2026	14.005	-	(2.358)	11.647
2027	15.283	-	(2.525)	12.758
2028	22.902	-	(2.700)	20.202
Após 2029	971.255	-	(40.757)	930.498
<b>Total</b>	<b>1.064.021</b>	<b>2.600</b>	<b>(52.715)</b>	<b>1.013.906</b>

## 7.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant

Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. ICSD:  $\geq 1,1x$

## 7.3 Características da dívida

Companhia	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
AES Cajúna AB1 Holding	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	950.000	15/06/2022	IPCA + 7,0718%	Semestral (a partir de junho de 2024)	Semestral (a partir de junho de 2024)	1.013.906	30/06/2044	Financiamento do Projeto Eólico Complexo Cajúna

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$145.334, dividido em 145.334.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
<b>Acionistas</b>		
AES Tucano Holding I S.A.	408.002.600	145.334.376
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>408.002.600</b>	<b>145.334.376</b>

### 8.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

### 8.3 Destinação dos resultados

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76.

## 9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	2023	2022
Partes relacionadas	25.413	-
Mercado de curto prazo	3.947	-
Outros (i)	10.364	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>39.724</b>	-
(-) PIS e COFINS	(1.217)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>38.507</b>	-

- (i) Refere-se à multa por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso. Os valores a receber estão registrados na rubrica de “Outros ativos” no balanço.

## 10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(10)	-
Contratos com partes relacionadas	(400)	-
Mercado de curto prazo	(101)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(7.406)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(5)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(7.922)</b>	<b>-</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(96)	-
Material	(35)	-
Depreciação e amortização	(22.137)	-
Arrendamentos e aluguéis	(69)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(22.337)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>(30.259)</b>	<b>-</b>

## 11 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	11.546	28.260	11.684	30.373
Receita atualização de créditos tributários	660	-	660	-
Renda de cauções e depósitos judiciais	8	-	8	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(568)	(1.314)	(568)	(1.314)
Atualização SPOT	-	-	26	486
<b>Subtotal</b>	<b>11.646</b>	<b>26.946</b>	<b>11.810</b>	<b>29.545</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas (i)	(74.280)	(34.026)	(74.280)	(34.026)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(45.668)	(2.172)	(45.668)	(2.172)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(9)	-	(9)	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(300)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (ii)	-	-	78.364	7.939
IOF	-	-	(292)	-
Tarifas e encargos bancários	-	(116)	-	(239)
Outras despesas financeiras	(13)	-	(49)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(119.970)</b>	<b>(36.314)</b>	<b>(42.234)</b>	<b>(28.498)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(108.324)</b>	<b>(9.368)</b>	<b>(30.424)</b>	<b>1.047</b>

- (i) No exercício de 2022 a Companhia emitiu Debêntures para subsidiar a construção dos empreendimentos controlados. Haja vista que o recurso captado será utilizado ao longo da construção, as receitas e as despesas financeiras provenientes dessa operação de crédito estão sujeitas a capitalização.
- (ii) A capitalização de juros foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial", em demonstrações contábeis consolidadas e está apresentado como "Imobilizado, líquido" (Nota 4 e 5) e nas demonstrações individuais a contrapartida está demonstrado nas rubricas "Imobilizado em curso".

## 12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023, diferentemente do regime de tributação do ano de 2022, onde o cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram realizados com base no regime de apuração pelo lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos tributos	(24.156)	-	(24.156)	-	(23.075)	-	(23.075)	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	2.111	-	2.111
<b>Alíquota Nominal</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>9%</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>6.039</b>	<b>-</b>	<b>2.174</b>	<b>-</b>	<b>5.769</b>	<b>(528)</b>	<b>2.077</b>	<b>(190)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>								
Equivalência Patrimonial	2.061	-	742	-	-	-	-	-
Atualização de indébito tributário	165	-	59	-	165	-	59	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(8.030)	-	(2.891)	-	(8.030)	-	(2.891)	-
Ajuste Lucro Presumido	-	-	-	-	1.632	-	451	-
Diferença temporária sem diferido constituído	(237)	-	(85)	-	(237)	-	(85)	-
<b>Ajuste de Imposto</b>								
Outros Ajustes	-	-	-	-	4	9	3	(2)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(697)</b>	<b>(519)</b>	<b>(386)</b>	<b>(192)</b>
Corrente	-	-	-	-	(337)	(519)	(192)	(192)
Diferido	(2)	-	(1)	-	(360)	-	(194)	-
<b>Total</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(697)</b>	<b>(519)</b>	<b>(386)</b>	<b>(192)</b>

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	386	386	293	293	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operações compromissadas)	3	8.575	8.575	3.053	3.053	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	-	-	146.483	146.483	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		14.099	14.099	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		95	95	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>23.155</b>	<b>23.155</b>	<b>149.829</b>	<b>149.829</b>	
<b>PASSIVO (circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		52.217	52.217	17.247	17.247	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	1.013.906	1.013.906	931.575	931.575	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		73	73	220	220	Custo amortizado
Provisão para desmobilização		2.072	2.072	-	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		28.515	28.515	-	-	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3	3	3	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>1.096.786</b>	<b>1.096.786</b>	<b>949.045</b>	<b>949.045</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## 13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

**(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

**Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

**Contas a receber**

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	95	386	8.961	3.346
Investimentos de curto prazo	-	146.483	146.483	146.483
Contas a receber de clientes	-	-	7.943	-
Contas a receber partes relacionadas	-	-	6.156	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	95	-
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>146.869</b>	<b>155.444</b>	<b>149.829</b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curtos prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.013.906	931.575
Caixa e equivalentes de caixa	(8.961)	(3.346)
Investimentos de curto prazo	-	(146.483)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.004.945</b>	<b>781.746</b>
Patrimônio líquido	384.008	145.496
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>261,70%</b>	<b>537,30%</b>

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	52.217	-	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas	-	-	6.083	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	100.271	188.216	322.598	2.553.594
Passivo de arrendamento	(225)	(674)	(989)	(2.994)	31.685
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	3	-	-
<b>Total</b>	<b>51.992</b>	<b>99.597</b>	<b>193.310</b>	<b>319.604</b>	<b>2.585.279</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizado nas projeções corresponde ao índice verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

#### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8.961	3.346
Contas a pagar partes relacionadas	73	220
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.013.906	931.575
<b>Total</b>	<b>1.022.940</b>	<b>935.141</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Debêntures	IPCA	1.013.906	98.325	108.908	119.477	130.075	140.658
<b>Impacto no resultado</b>			<b>98.325</b>	<b>108.908</b>	<b>119.477</b>	<b>130.075</b>	<b>140.658</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>98.325</b>	<b>108.908</b>	<b>119.477</b>	<b>130.075</b>	<b>140.658</b>

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

##### (c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

### (c.3) Risco em renováveis não-hídricas

#### ***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizados a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* "em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.